



PARECER SOBRE AS CONTAS APRESENTADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Senhores Membros da Assembleia Municipal do Município de

SANTA CRUZ DA GRACIOSA

1. Nos termos da Lei 73/2013 de 3 de setembro, cumpre-nos apresentar o Relatório sobre a atividade desenvolvida e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação das contas e de execução orçamental, apresentados pelo órgão executivo, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Acompanhámos a atividade do Município ao longo do exercício de 2021 e procedemos às verificações contabilísticas e testes considerados necessários, lemos as atas da vereação e recebemos dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.
3. Nos termos legais elaborámos o Relatório Anual sobre a fiscalização efetuada com data de 19 de abril de 2022, o qual deve ser considerado como fazendo parte integrante do presente relatório.
4. Emitimos ainda, a Certificação Legal das Contas com a mesma data, a qual conclui que:
"Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Município de Santa Cruz da Graciosa em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas".
5. A certificação legal das contas inclui também o parágrafo seguinte, sobre "Outros Matérias":



"Parte dos terrenos e edifícios de propriedade do Município não estão registados em seu nome, nem na Conservatória Predial nem na Autoridade Tributária, situação com riscos para a salvaguarda dos ativos".

6. Tendo em consideração aqueles documentos e ainda que o Relatório de Gestão satisfaz os requisitos legais, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, o anexo às demonstrações financeiras, as demonstrações orçamentais e respetivos anexos, apresentados pelo Município, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados constante do mesmo.

Lisboa, 19 de abril de 2022